



**IPL**

instituto politécnico  
de leiria

Despacho n.º 124/2018

## **POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACESSO LIVRE (OPEN ACCESS) DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA**

### **Regras de funcionamento**

#### **1. Preâmbulo**

O Instituto Politécnico de Leiria (IPLeiria), enquanto instituição de ensino superior legalmente reconhecida como estando “ao serviço da sociedade, destinada à produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência, da tecnologia e das artes, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental” (nº 1 do artigo 1º dos *Estatutos do IPLeiria*)<sup>1</sup>, deve promover a acessibilidade, a utilização e a aplicação dos resultados da investigação produzida pelos membros da sua comunidade académica, enquanto autores de literatura científica.

Esta ideia é cimentada na Missão e Visão patentes no seu *Plano Estratégico 2020*<sup>2</sup>. Na Missão defende-se que o Politécnico de Leiria é uma instituição que “gera conhecimento e inovação de elevado valor cultural, económico e social”, pressupondo “que esse conhecimento seja relevante e que os seus resultados sejam transferidos para a sociedade de forma a poderem gerar valor de natureza cultural, económica e social e, direta ou indiretamente, bem-estar para os cidadãos”. Na sua Visão, “o Politécnico de Leiria pretende ver-se reconhecido (...) pela qualidade e relevância da sua produção científica, (...) pelos processos de transferência de conhecimento para as instituições e empresas com que está envolvido; e, por fim mas não por último, reconhecido pelas suas contribuições para o desenvolvimento no seu sentido mais lato: social, ambiental, económico, cultural, artístico e científico”.

Portanto, este reconhecimento, da maior importância quer para o IPLeiria quer para os seus investigadores, deve processar-se de acordo com orientações que definam uma política de acessibilidade à produção científica enquadrada no movimento nacional e internacional de acesso livre ao conhecimento.

<sup>1</sup> Disponível em [https://www.ipleiria.pt/wp-content/uploads/2015/01/108\\_estatutos\\_ipleiria.pdf](https://www.ipleiria.pt/wp-content/uploads/2015/01/108_estatutos_ipleiria.pdf)

<sup>2</sup> Disponível em [https://www.ipleiria.pt/wp-content/uploads/2017/05/Plano-Estrategico-2020\\_pt\\_spreads.pdf](https://www.ipleiria.pt/wp-content/uploads/2017/05/Plano-Estrategico-2020_pt_spreads.pdf)



**IPL**

instituto politécnico  
de leiria

Este movimento nacional e internacional encontra-se materializado no projeto Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP)<sup>3</sup>, no qual o IPLeiria participa, e enquadra-se nas declarações de *Budapest Open Access Initiative* (2002)<sup>4</sup>, de *ECHO Charter* (2002)<sup>5</sup>, de *Bethesda Statement on Open Access Publishing* (2003)<sup>6</sup>, de *Berlin Declaration on Open Access to Knowledge* (2003)<sup>7</sup>, entre outras iniciativas a nível internacional, bem como na *Declaração de Acesso Livre à Literatura Científica* (2006)<sup>8</sup>, do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), e foi inspirada pelo modelo de política institucional constante do *Kit de Políticas Open Access* desenvolvido no âmbito do projeto RCAAP.

Neste contexto, as entidades financiadoras de investigação têm assumido, também, um papel regulador das Políticas Open Access, a nível nacional e a nível internacional. A Fundação para a Tecnologia a Ciência e Tecnologia (FCT)<sup>9</sup>, a 5 de maio de 2014, adotou uma *Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas resultantes de Projetos de I&D Financiados pela FCT* que estabeleceu a obrigatoriedade de disponibilização em acesso livre e online as publicações sujeitas a revisão por pares resultantes dos projetos de Investigação científica e desenvolvimento tecnológico (I&D) que financia.

O atual estudo da FCT sobre *Modelos, Políticas e Custos de Acesso Aberto* (de 21 de fevereiro de 2018)<sup>10</sup> integra, ainda, a estratégia Nacional para a Ciência Aberta, promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e pretende ser um contributo para a discussão alargada sobre as diferentes alternativas de Acesso Aberto às publicações científicas.

---

<sup>3</sup> Disponível em <https://www.rcaap.pt/about.jsp>

<sup>4</sup> Disponível em <http://www.budapestopenaccessinitiative.org/>

<sup>5</sup> Disponível em [http://echo.mpiwg-berlin.mpg.de/policy/oa\\_basics/charter](http://echo.mpiwg-berlin.mpg.de/policy/oa_basics/charter)

<sup>6</sup> Disponível em <https://dash.harvard.edu/handle/1/4725199>

<sup>7</sup> Disponível em [http://library.ucy.ac.cy/en/library/library-policy-texts/berlin\\_declaration\\_on\\_open\\_access\\_knowledge](http://library.ucy.ac.cy/en/library/library-policy-texts/berlin_declaration_on_open_access_knowledge)

<sup>8</sup> Neste documento, o CRUP recomenda às universidades portuguesas a criação de Repositórios Institucionais e a definição de políticas institucionais de depósito das suas publicações científicas e académicas, e a sua disponibilização em Acesso Livre sempre que possível.

<sup>9</sup> Disponível em [https://www.fct.pt/documentos/PoliticaAcessoAberto\\_Publicacoes.pdf](https://www.fct.pt/documentos/PoliticaAcessoAberto_Publicacoes.pdf)

<sup>10</sup> Documento disponível em: <https://www.fct.pt/acessoaberto/docs/modelosacessoaberto.pdf>



**IPL**

instituto politécnico  
de leiria

A Comissão Europeia, nas suas *Guidelines on Open Access to Scientific Publications and Research Data in Horizon 2020*, desde 11 de dezembro de 2013<sup>11</sup>, estabeleceu a obrigatoriedade de depósito em acesso aberto (acesso gratuito online) de todas as publicações científicas com revisão por pares através do seu depósito num repositório.

## 2. A Política do IPLeiria

Com enquadramento no projeto RCAAP e nas políticas nacionais e internacionais, o IPLeiria disponibiliza, desde 4 de agosto de 2009, o Repositório IC-online com o objetivo de preservar, divulgar e promover o impacto e a visibilidade da produção científica realizada pela comunidade académica, das várias unidades orgânicas e de investigação do IPLeiria.

Tendo por base as políticas da Comissão Europeia, a Política de Acesso Aberto da FCT e, também, as Diretrizes para Políticas de Acesso Aberto para instituições que realizam investigação científica do projeto PASTEUR4OA (setembro de 2015)<sup>12</sup>, o IPLeiria entende, deste modo, a premente necessidade de atualizar a sua *Política institucional de acesso livre (open access)*.

Neste sentido, ouvidas as unidades orgânicas e as unidades de investigação, determino que os membros do IPLeiria que se constituam como autores de literatura científica procedam da seguinte forma:

## 3. Depósito de publicações e tipologia de documentos

3.1. Ao auto-arquivo ou entrega para depósito obrigatório no IC-Online de uma cópia eletrónica dos seguintes documentos:

- a. Todos os artigos científicos aceites para publicação em revistas com revisão científica (peer-reviewed) imediatamente após a sua aceitação para publicação ou imediatamente após a sua publicação formal;

<sup>11</sup> Atualização das *Guidelines on Open Access*, em 21 de março de 2017, documento disponível em: [http://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/h2020/grants\\_manual/hi/oa\\_pilot/h2020-hi-oa-pilot-guide\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/h2020/grants_manual/hi/oa_pilot/h2020-hi-oa-pilot-guide_en.pdf)

<sup>12</sup> Disponível em:

[http://www.pasteur4oa.eu/sites/pasteur4oa/files/resource/Diretrizes%20para%20Políticas%20de%20Acesso%20Aberto\\_Set2015.pdf](http://www.pasteur4oa.eu/sites/pasteur4oa/files/resource/Diretrizes%20para%20Políticas%20de%20Acesso%20Aberto_Set2015.pdf)





- b. Todas as comunicações ou outros documentos apresentados em congressos e conferências científicas;
  - c. Working papers, relatórios técnicos e outros documentos produzidos no âmbito das Unidades de Investigação do IPLeiria;
  - d. Todas as dissertações de mestrado e teses de doutoramento produzidas no âmbito dos cursos que funcionam ou venham a funcionar no IPLeiria, de acordo com o nº 3 do artigo 50º do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 115/2013, de 7 de agosto.<sup>13</sup>
- 3.2. À disponibilização em Acesso Livre da descrição das publicações (dos *metadados* título, autores, afiliação institucional, o nome da revista científica que aceitou o artigo, *abstract*) das publicações definidas no ponto 1. O Acesso Livre ao conteúdo integral das publicações deve ser permitido logo que possível, de preferência desde o momento da publicação ou depósito, mas é definido de acordo com a vontade dos autores e em conformidade com eventuais períodos de embargo ou restrições impostas pelas regras de direitos de autor que se apliquem;
- 3.3. Caso não seja possível disponibilizar a publicação em Acesso Livre, tendo em conta os compromissos legais assumidos pelo autor, deve ser realizado o depósito/auto-arquivo da mesma, ficando o acesso à publicação integral restrito, em conformidade com os termos legais definidos. Nestes casos, os *metadados* desta publicação devem ficar acessíveis;
- 3.4. Eventuais períodos de embargo que devem ser respeitados aplicar-se-ão ao acesso e não ao depósito. No caso das publicações financiadas, a duração máxima dos períodos de embargo é definida pelas entidades financiadoras de investigação. Nomeadamente, a FCT autoriza períodos de embargo ao Acesso Livre de duração máxima de 12 meses para as publicações nas áreas das ciências sociais, humanidades ou artes e de 6 meses para as publicações das restantes áreas científicas. No caso das teses de doutoramento que resultem ou se integrem em projetos de I&D financiados total ou parcialmente pela FCT são autorizados períodos de embargo com a duração máxima de 36 meses<sup>14</sup>;

<sup>13</sup> As dissertações de mestrado e as teses de doutoramento estão sujeitas ao depósito legal de um exemplar em papel e de um exemplar em formato digital na Biblioteca Nacional, e ao depósito de um exemplar em formato digital no Observatório da Ciência e do Ensino Superior: [https://www.fct.pt/apoios/bolsas/DL\\_74\\_2006.pdf](https://www.fct.pt/apoios/bolsas/DL_74_2006.pdf)

<sup>14</sup> Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas resultantes de Projetos de I&D Financiados pela FCT (adotada em 5 de maio de 2014)



**IPL**

instituto politécnico  
de leiria

- 3.5. Determina-se ainda que os autores garantam, sempre que possível, a conservação da propriedade intelectual dos artigos que publicam ou pelo menos a possibilidade de disponibilizarem uma cópia dos mesmos em Acesso Livre;
- 3.6. Recomenda-se aos autores a utilização, sempre que possível, do *SPARC Author Adendum* nos contratos celebrados com editores, a fim de manterem os seus direitos de uso sobre os artigos para fins não comerciais, e depósito em arquivos públicos online.
- 3.7. Sempre que seja possível o IPLeiria, enquanto instituição promotora do conhecimento e da ciência, compromete-se a disponibilizar, em Acesso Livre no IC-Online, cópia de todas as publicações de carácter científico, nomeadamente livros, relatórios técnicos, revista científicas, em que tenha participado, em conformidade com a legislação aplicável.

#### **4. Obrigatoriedade de um apontador para o repositório IC-Online**

A partir da data de aprovação da *Política institucional de acesso livre (open access) do Instituto Politécnico de Leiria*, determina-se que em todas as listagens de publicações científicas, individuais ou de unidades orgânicas, produzidas no Politécnico de Leiria e incluídas em processos de concurso ou avaliação, relatórios de atividades, ou outras atividades de teor académico, as referências a publicações contenham obrigatoriamente um apontador para a versão da publicação depositada no IC-Online.

As presentes regras entram em vigor na data da sua aprovação e aplicam-se a todas as publicações posteriores.

Leiria, 3 de maio de 2018

O Presidente

Nuno André Oliveira Mangas Pereira